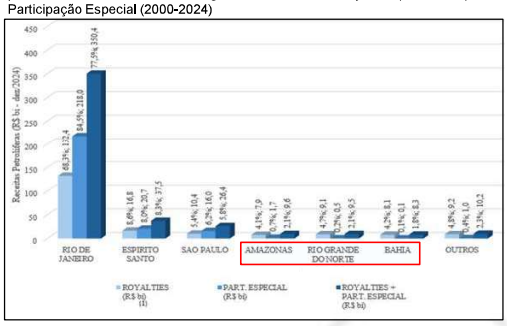
Gestão:

Reunião de Acompanhamento
e Avaliação - RAA 2026

Receita Petrolíferas e o Desenvolvimento Humano dos Estados Maiores Petrorrentistas do Brasil

Souza, F. G. [1]; Sauer, I. L. [2]; .[1]Bolsista do PRH 33.1/IEE-USP, curso de Planejamento de Recursos Energéticos, São Paulo – SP. E-mail: fgsouza@usp.br [2]Docente do curso de Planejamento de Recursos Energéticos da Universidade São Paulo, São Paulo – SP. E-mail: illsauer@iee.usp.br

Figura 1 – Distribuição acumulada de receitas petrolíferas entre estados petrorrentistas acumuladas ao longo da série histórica. Royalties (1994-2024) Participação Especial (2000-2024)

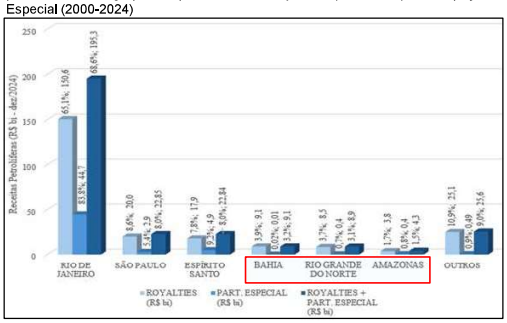


Fonte: elaboração do autor a partir dos dados disponibilizados pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP, 2025)

Seis estados concentram 97,7% das receitas petrolíferas destinadas aos estados. O Estado do Rio de Janeiro concentra 77,5% do total.

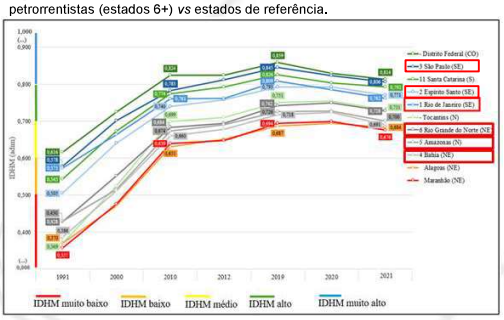
Seis estados concentram 91,0% das receitas petrolíferas destinadas aos municípios. O Estado do Rio de Janeiro concentra 68,9% do total.

Figura 2 – Distribuição acumulada de receitas petrolíferas entre municípios petrorrentistas, agrupados por estados. Royalties (1999-2024) Participação Especial (2000-2024)



Fonte: elaboração do autor a partir dos dados disponibilizados pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP, 2025)

Figura 3 – Evolução posicional do IDHM dos seis estados maiores petrorrentistas (estados 6+) *vs* estados de referência.



Fonte: Produção do autor a partir de dados da ANP (2025) e do IBGE (2025).

Os seis estados maiores petrorrentistas não apresentaram evolução diferenciada do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) em relação aos demais entes federativos. O Rio de Janeiro, maior petrorrentista, apresentou o pior desempenho comparativo.

Os seis estados maiores petrorrentistas ocuparam predominantemente os segundo e terceiro tercis na avaliação incremental percentual do IDHM, seja por evolução absoluta (Padrão PNUD), seja por evolução residual (ganho normalizado).

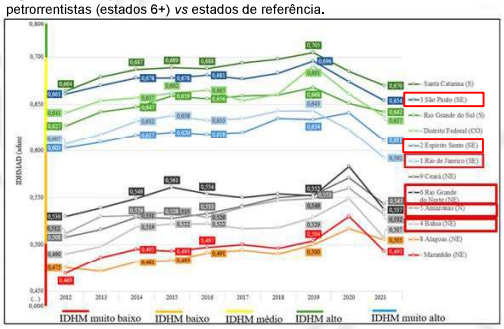
Figura 4 – Evolução incremental do IDHM dos estados brasileiros (1991-2019).



Fonte: Produção do autor a partir de dados da ANP (2025) e do IBGE (2025).

Nota: A avaliação foi efetuada até 2019 de modo a evitar a perturbação decorrente da pandemia por Covid-19.

Figura 5 – Evolução posicional do IDHMAD dos seis estados maiores petrorrentistas (estados 6+) *vs* estados de referência.



Fonte: Produção do autor a partir de dados da ANP (2025) e do IBGE (2025).

Os seis estados maiores petrorrentistas não apresentaram evolução diferenciada do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) em relação aos demais entes federativos. Os estados com menores IDHM (e o Espírito Santo) apresentaram maior resiliência em relação à pandemia por Covid 19, tendo o Rio de Janeiro o pior comportamento.

Os seis estados maiores petrorrentistas ocuparam majoritariamente os segundo e terceiro tercis na avaliação incremental percentual do IDHMAD, seja por evolução absoluta (Padrão PNUD), seja por evolução residual (ganho normalizado).

Figura 6 – Evolução incremental do IDHMAD dos estados brasileiros (2012- 2019).



Fonte: Produção do autor a partir de dados da ANP (2025) e do IBGE (2025).

Nota: A avaliação foi efetuada até 2019 de modo a evitar a perturbação decorrente da pandemia por Covid-19.

CONCLUSÕES/RECOMENDAÇÕES:

(1) Os resultados não permitem concluir que as receitas petrolíferas sejam irrelevantes para o desenvolvimento estadual que inexistam efeitos positivos. Permitem afirmar, no entanto, que maiores montantes de receitas petrolíferas não proporcionaram maior evolução do desenvolvimento humano;

(2) A avaliação das receitas petrolíferas deve ultrapassar a discussão sobre o volume de recursos e concentrar-se em sua efetividade, incorporando aspectos relacionados à qualidade institucional, eficiência do gasto público, sustentabilidade fiscal e capacidade de transformar receitas temporárias em desenvolvimento humano;

(3) Recomenda-se aprofundar esta investigação mediante análises da arrecadação *per capita* e da efetividade dos investimentos em educação & cultura, saúde & saneamento e geração de renda, bem como a evolução das despesas administrativas e do esforço arrecadatório dos diversos entes, petrorrentistas e não petrorrentistas.

Agradecimentos

Agradecemos pelo apoio financeiro do Programa de Recursos Humanos da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – PRH/ANP/FAPESP (Convênios 2024/10535-3 e 2025/02584-7; Processo 2024/10535-3; Cláusula de PD&I da Resolução ANP no 918/2023), e pelo esforço da ANP em tornar públicos dados da indústria de P&D&I no Brasil, em incentivo à pesquisa científica para a transição energética no Brasil.